

Ministra apresenta aviões da Suécia a Luiz Henrique 2

Senado debate hoje violência contra a mulher 3

Usuários de transporte aéreo podem ter direitos ampliados 4



Check-in no Aeroporto de Brasília: projeto prevê indenização e reembolso do valor do bilhete se voo for cancelado

Jonas Pereira/Agência Senado



Presidente da CRA, Acir Gurgacz ouve o ministro da Pesca, Marcelo Crivella

Pedro Franco/Agência Senado

Especialistas cobram uso melhor da aquicultura

Com a maior reserva de água doce do mundo, Brasil tem potencial para se tornar um dos pioneiros na criação de pescado, segundo participantes de audiência

É possível produzir 100 toneladas de peixe em cada hectare de água continental, disse o ministro da Pesca, Marcelo Crivella, durante reunião na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A audiência reuniu especialistas do setor que discutiram o Plano Safra da Pesca

e Aquicultura, lançado mês passado pela presidente Dilma Rousseff para oferecer opção mais rentável a pescadores que ainda vivem na extrema pobreza.

Representante da Embrapa acrescentou que o país tem ampla biodiversidade de peixes de grande valor de mercado. 3

Comissão votará porte de arma para agente penitenciário 4

Para Ana Amélia, procurador deve manter poder de investigação 4

Qual a forma mais fácil de acompanhar licitações e contratos do Senado?

Fique sabendo

- 1 Acesse o QR-Code acima ou www.senado.leg.br/transparencia
- 2 Na coluna **Administração**, clique na opção "Licitações e Contratos"



Portal da Transparência é Senado Transparente

O Portal da Transparência armazena informações públicas a respeito dos atos administrativos do Senado Federal para livre consulta da sociedade. No portal, o cidadão encontra, principalmente, informações sobre gastos e prestação de contas.



O senador por Santa Catarina, que preside a Subcomissão de Reaparelhamento das Forças Armadas, disse após reunião com Karin Enström que acredita no reforço da parceria com a Suécia nesse setor

Ministra apresenta caças suecos a Luiz Henrique

LUIZ HENRIQUE (PMDB-SC) declarou, na semana passada, estar esperançoso sobre o reforço da parceria com a Suécia para o reaparelhamento das Forças Armadas do Brasil. Após receber a ministra da Defesa daquele país, Karin Enström, na quarta-feira, o senador disse que os recursos para o setor estão estagnados há 25 anos.

Presidente da Subcomissão Permanente de Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas da Comissão de Relações Exteriores do Senado, ele informou que o governo brasileiro ainda não definiu com que país construirá aviões de caça: Suécia, França ou Estados Unidos.

O senador insistiu, no entanto, na urgência do reforço das



Karin e Luiz Henrique: Suécia disputa com EUA e França venda de aviões ao Brasil

Forças Armadas, indispensável para o Brasil enfrentar o crescente narcotráfico, proteger as vastas fronteiras e preservar o meio ambiente.

A ministra sueca veio ao Brasil buscando intensificar a parceria de cooperação bilateral no setor militar para a construção de aviões de caça.

Karin Enström defendeu a qualidade da oferta sueca para fornecimento de 36 caças de 3ª geração ao Brasil. O modelo da Suécia é o JAS-39 Gripen NG, produzido pela Saab. Ele concorre com o francês Rafale F3, montado pela Dassault, e o norte-americano F/A-18E Super Hornet, da Boeing.

Senador defende unificação das polícias

Na audiência com Karin Enström, Luiz Henrique também defendeu a unificação das polícias no Brasil para reforçar o combate ao crime organizado e ao narcotráfico e preservar o território brasileiro.

O senador enfatizou a necessidade de ampliar a defesa das fronteiras para interromper as rotas do narcotráfico. Com isso, ele entende que poderá ser reduzida a presença das

Forças Armadas e das polícias na pacificação de zonas urbanas tomadas pelos traficantes.

Karin Enström destacou o papel da tecnologia para enfrentar o problema. Neste sentido, Luiz Henrique lembrou que, em 1988, quando era ministro da Ciência e Tecnologia, firmou tratado com a China para a compra de satélites que até hoje ajudam o país a vistoriar o território.

Como exemplo da eficiência

tecnológica e das Forças Armadas, o senador informou que 89% da Floresta Amazônica continuam preservados e que 63% do país são cobertos por matas.

Luiz Henrique ressaltou a importância de acordos de cooperação entre o Brasil e a Suécia. Ele considerou oportuna a transferência da tecnologia sueca também para outras áreas, como a espacial e a educacional.

Gurgacz destaca transição política na China

Acir Gurgacz (PDT-RO) relatou, na sexta-feira, visita recente à China, como líder do PDT no Senado, para acompanhar o 18º Congresso do Partido Comunista daquele país, integrando uma comitiva de dirigentes e parlamentares pedetistas.

O senador lembrou que o Comitê Permanente do PC chinês empossou novos membros no dia 15 de novembro, tendo como secretário-geral e chefe militar Xi Jinping, que

deverá governar o país pelos próximos dez anos.

O senador ressaltou a relevância da transição de poder na China ter acontecido ao mesmo tempo em que os Estados Unidos reelegiam Barack Obama presidente.

— Diferenças à parte, China e Estados Unidos são as duas maiores economias do mundo, e as transições políticas nesses países, por mais estáveis que sejam, causam reflexos em todo o mundo e são decisivas

para os rumos na economia global, bem como para a influência de cada país na geopolítica mundial — disse.

Gurgacz também afirmou que chamou a atenção o esforço do governo chinês em transmitir a imagem de uma “nova China”, um país às voltas com o que seria “o início de um processo democrático”.

— Não tenho dúvidas de que, muito em breve, a China irá se tornar a maior economia mundial — concluiu.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- SEGUNDA**
 - PLENÁRIO Pronunciamentos**
14h Sem votações, sessão se destina a pronunciamentos de senadores.
 - CDH TVs comunitárias**
9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública para debater o papel das TVs comunitárias na promoção dos direitos humanos na onda digital aberta.
 - SRH Violência doméstica**
14h O combate à violência doméstica e a rede de proteção estadual é o tema de mesa-redonda da Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal.
- TERÇA**
 - CDH Direitos dos trabalhadores**
9h Audiência pública sobre precarização dos direitos dos trabalhadores, terceirização e Simples Trabalhista na Comissão de Direitos Humanos. Em seguida, votação de emendas ao projeto de lei orçamentária. Às 14h30, debate sobre terras indígenas no extremo sul da Bahia.
 - CAE Transporte aéreo**
10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina projeto que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para proteger os direitos de usuários de transporte aéreo. E vota emendas ao projeto de lei orçamentária.
 - AVIAÇÃO CIVIL Ameaça de paralisação**
10h Audiência da Subcomissão sobre a Aviação Civil para discutir ameaças de paralisação do setor no final de ano.
 - CE Ato Médico**
11h O primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte é o substitutivo que trata do exercício da medicina.
 - CMA Incentivo ao florestamento**
11h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, redução do IR para incentivar florestamento em propriedade rural familiar. Outro projeto prevê auditorias pelo TCU nas agências reguladoras. Haverá ainda apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária.
 - CPI DA MULHER Requerimentos**
14h Reunião para exame de requerimentos da comissão parlamentar de inquérito que investiga a violência contra a mulher.
- QUARTA**
 - TRÁFICO DE PESSOAS Adoções**
14h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfego Nacional e Internacional de Pessoas realiza audiência pública sobre adoções irregulares. Convidado o juiz Luiz Roberto Cappio, de Monte Santo (BA).
 - CCT Biomas brasileiros**
9h A Comissão de Ciência e Tecnologia debate projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros.
 - RIO SÃO FRANCISCO Plano de trabalho**
9h Reunião da comissão especial externa do Rio São Francisco para apresentação do plano de trabalho.
 - CAS Ajuda a famílias carentes**
9h Em análise na Comissão de Assuntos Sociais, projeto sobre ajuda financeira a famílias carentes que mantêm pessoas com mais de 70 anos. Às 10h30, emendas ao projeto de lei orçamentária.
 - CCJ Crimes de terrorismo**
10h A Comissão de Constituição e Justiça analisa projeto sobre crimes de terrorismo. Depois, senadores sabatinam Sérgio Luiz Kukina para ministro do STJ.
 - GRÁFICA Missa pelo aniversário**
10h Missa em comemoração aos 49 anos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, no pátio interno da Gráfica.
 - CI Embarque gratuito de bagagem**
14h A Comissão de Infraestrutura analisa emendas ao projeto de lei orçamentária. Às 14h30, examina o embarque gratuito de bagagem no transporte rodoviário.
 - CDR Lei orçamentária**
14h Análise de emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto da Lei Orçamentária 2013.
 - CRA Política para biocombustíveis**
15h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove audiência pública para instruir projeto que dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis.
 - SENADO BRASIL Livros e DVDs**
18h Lançamento dos livros e DVDs do Fórum Senado Brasil 2012, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz
Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka
Primeiro-secretário: Cícero Lucena
Segundo-secretário: João Ribeiro
Terceiro-secretário: João Vicente Claudino
Quarto-secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Brasil precisa explorar melhor a aquicultura, dizem especialistas

Ministro da Pesca afirma durante audiência que é possível produzir 100 toneladas de peixe em cada hectare de água continental

ESPECIALISTAS DESTACARAM AS potencialidades do Brasil para se tornar um dos pioneiros na atividade de criação de pescado (aquicultura), durante audiência pública realizada sexta-feira na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir o Plano Safra da Pesca e Aquicultura.

O ministro da Pesca, Marcelo Crivella, afirmou que o Brasil tem vocação natural para a pesca e a aquicultura por ser o país com maior reserva de água doce do mundo. Ele disse que é possível produzir 100 toneladas de peixe em cada hectare de água continental.

— O melhor pecuarista brasileiro, em um hectare, consegue produzir uma tonelada de carne de boi — disse.

O ministro explicou que grande parte dos pescadores são homens e mulheres que enfrentam dificuldades para sobreviver. Ele afirmou que a migração para a aquicultura poderia melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

— Eles então teriam oportunidade de viver do peixe, mas com uma opção mais rentável — ressaltou.

Crivella disse que um dos objetivos do Plano Safra, lançado pela presidente Dilma Rousseff no mês passado, é oferecer uma opção a esses pescadores de águas continentais que ainda vivem na pobreza extrema.

O chefe-adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Arioaldo Luchiari, disse que o país tem biodiversidade de peixes de grande valor de mercado, entre eles o tambaqui e o pirarucu.



Crivella (D) diz, ao lado de Gurgacz (3º à esq.), que migração de agricultores para a aquicultura melhoraria qualidade

— A aquicultura foi o setor que mais cresceu mundialmente em 2011. Então, esse é um setor importantíssimo que representa várias vezes o complexo de soja e muitas vezes o complexo de suínos, de aves e de gado — afirmou.

Secretária de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura do Ministério da Pesca, Maria Fernanda Nince Ferreira explicou que o crescimento da aquicultura é apontado como possibilidade de garantia de segurança alimentar, pois o peixe tem proteína nobre.

— Existe um apelo no contexto internacional para que o Brasil seja um dos motores propulsores dessa produção aquícola, garantindo a sustentabilidade — afirmou.

Maria Fernanda explicou que o Plano Safra é uma ampliação de crédito com o objetivo de aumentar a produção e reduzir o preço.

— Nós temos que fazer um aumento da produção,

garantindo assim a diminuição do preço e, em especial, a inclusão produtiva de uma faixa da população menos privilegiada — disse.

Crivella acrescentou que o Plano Safra procura incluir agricultores familiares. Ele explicou que o governo federal ambiciona oferecer para o agricultor familiar a oportuni-

dade de produzir peixe no sistema produtivo.

— Todos aqueles produtores que hoje produzem milho, algodão, soja, verduras e já têm água na propriedade

poderiam usá-la para criar peixe antes do uso no cultivo — disse.

O ministro também ressaltou a importância de o governo usar o poder de compra do Estado para incentivar o setor. Ele explicou que, no ano passado, o Programa de Aquisição de Alimentos adquiriu 20 mil toneladas de pescado.

— Essa venda casada do produtor para o Estado é

importantíssima para diminuir o índice de intermediação, melhorar o custo para o consumidor e melhorar o lucro da atividade do produtor — disse.

Luchiari, da Embrapa, destacou que a empresa desenvolve tecnologias buscando não só a competitividade do setor, mas também a sustentabilidade. Entre as ações desenvolvidas pela Embrapa, ele destacou a atuação na área de reprodução, nutrição e alimentação dos peixes que, garantiu, interferem diretamente na qualidade do produto. O pesquisador acredita que o investimento na capacitação setorial também é extremamente necessário.

— Se a gente desenvolver tecnologia e não tivermos pessoas capacitadas para receber e aplicar essas tecnologias, nós não conseguiremos dar impulso ao setor — afirmou.

Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA, destacou a importância de profissionais do setor desenvolverem o associativismo e o cooperativismo para melhorar a produção e a comercialização do peixe.

Relatório da CPI do Cachoeira não deve ser votado logo após leitura

Integrantes da CPI do Cachoeira contrários ao relatório do deputado Odair Cunha (PT-MG), que deve ser lido nesta quarta-feira, anunciaram que pretendem apresentar voto em separado e pedir vista do texto do relator. O parecer de Cunha, por isso, não deverá ser votado logo após a leitura.

O relator vai ler um resumo, já que o texto tem mais de 5 mil páginas. O documento, apresentado dia 21, pede indiciamento de 34 pessoas, incluindo Carlinhos Cachoeira, e responsabilização criminal de 12 pessoas que têm foro privilegiado. Os trabalhos da CPI têm encerramento previsto para 22 de dezembro.

A leitura do texto, que estava marcada para a última quarta-feira, foi adiada por duas vezes. Na primeira, integrantes da CPI alegaram que o prazo entre a entrega e a leitura deveria ser de pelo menos 24 horas. O segundo adiamento ocorreu a pedido do relator, que ainda pode alterar o texto em busca de consenso.

Entre os pontos de discórdia, está o fato de o texto propor responsabilização criminal do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e poupar o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT). Também há divergências sobre o pedido de indiciamento de jornalistas, entre eles Policarpo Júnior, da *Veja*, e críticas ao pedido de investigação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a ser encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Parlamentares contrários ao encerramento dos trabalhos protocolaram representação para que o Ministério Público prossiga com as investigações. O documento sugere a investigação do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), amigo de Fernando Cavendish, dono da Delta Construções.

Plano Safra da Pesca e Aquicultura amplia crédito para aumentar produção e reduzir preço

Senado promove debate sobre violência contra a mulher e proteção estatal

O Senado promove hoje a mesa-redonda “O combate à violência doméstica e a rede de proteção estatal”, lembrando a passagem, ontem, do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. O debate será aberto ao público e não é necessária inscrição prévia.

Devem participar a delegada-chefe da Delegacia Especial no Atendimento à Mulher do Distrito Federal, Ana Cristina Melo Santiago; o juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Núcleo Bandeirante, Ben-Hur Viza; e o titular da Subsecretaria Especializada em Violência e

Família do DF, Sérgio Alberto Bitencourt Maciel.

Os convidados analisarão a aplicação da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que fez com que a violência contra a mulher deixasse de ser tratada como crime de menor potencial ofensivo e que as penas deixassem de ser pagas apenas com cestas básicas ou multas. A lei também incorporou no teor as violências física, sexual, psicológica, patrimonial e o assédio moral.

O debate, promovido pelo Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, será na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

Proposta visa limitar emissão de CO₂ por carros

Proposta que estabelece níveis máximos de emissão de dióxido de carbono (CO₂) em veículos fabricados no Brasil será votada terminativamente amanhã na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Segundo o texto a ser analisado — substitutivo do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao PLS 55/08, de Gim Argello (PTB-DF) — o limite será de 120 gramas de CO₂ por quilômetro para os veículos leves fabricados a partir de 2016 e de 95 gramas para os fabricados a partir de 2020.

A comissão analisa ainda, em decisão terminativa,

projeto (PLS 73/07) que regulamenta as atividades de produção, importação, comercialização, fiscalização e pesquisa de material genético animal e clones domésticos de interesse zootécnico.

Pela proposta, o fornecimento de material genético animal e de clones estará restrito a pessoa jurídica registrada em órgão público federal. O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), manteve substitutivo de autoria dele que modifica o projeto da senadora licenciada Kátia Abreu (PSD-TO). A matéria já foi aprovada nas Comissões de

Agricultura (CRA), de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

TCU

Outra matéria que poderá ser votada pela CMA é o PLS 438/07, do ex-senador Gerson Camata, que prevê a realização de auditorias operacionais periódicas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar o desempenho das agências reguladoras e dos diretores delas. Ao final, segundo o projeto, os processos serão enviados ao Senado e à Câmara dos Deputados.



A proposta visa dar segurança a profissionais como os que trabalham na Penitenciária Estadual Feminina do Espírito Santo

Porte de arma para agente penitenciário vai a votação

Projeto da Câmara altera Estatuto do Desarmamento para permitir que guardas prisionais possam portar arma de fogo mesmo fora do expediente. Se aprovado sem recurso, texto vai a sanção

AGENTES PENITENCIÁRIOS DE todo o país poderão ganhar o direito de portar arma de fogo mesmo fora do horário de serviço, de acordo com projeto (PLC 87/11) que nesta quarta-feira deve ir a votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A informação foi dada semana passada pelo presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Caso a proposta seja aprovada e não receba recurso para votação em Plenário, segue para sanção, já que o texto da Câmara não foi modificado pelo Senado.

Eunício disse que por falta de quórum não foi possível colocar o projeto em votação na CCJ dia 21, quando agentes e guardas prisionais esperavam na comissão a análise do assunto. O projeto altera o Estatuto do Desarmamento

para dar a agentes e guardas prisionais, além de integrantes de escoltas de presos e equipes de guardas portuários, o direito de portar arma particular ou fornecida pela corporação, mesmo fora de serviço. Gim Argello (PTB-DF), relator do texto na CCJ, apresentou voto favorável.

Criminalidade

O texto havia sido aprovado em maio na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), sob aplausos de representantes das categorias envolvidas. Na ocasião, Luiz Henrique (PMDB-SC) apoiou a reivindicação dos profissionais de segurança afirmando que “a criminalidade está cada vez mais aparelhada”.

Essa questão tem provocado tentativas regionais de

solução. No Distrito Federal, foi publicada quarta-feira uma lei que autoriza porte de arma para agente penitenciário, e o governo tem 30 dias para regulamentar o texto. Em outubro, a Secretaria de Segurança havia vetado duas portarias que liberavam armas para agentes penitenciários fora do expediente, alegando que elas não estavam de acordo com a legislação.

Em Santa Catarina, agentes penitenciários decidiram quinta-feira entrar em estado de greve e permanecer assim até o dia 7 de dezembro. Uma das reclamações é justamente que muitos deles não têm arma particular. Assim como São Paulo, aquele estado vem enfrentando uma onda de violência em que os principais alvos de bandidos são os profissionais de segurança.

Ana Amélia defende função investigativa do MP

A aprovação da proposta que retira do Ministério Público a atribuição de iniciar investigações é “um retrocesso e um descompasso em relação à lógica da democracia e da moralidade”, segundo Ana Amélia (PP-RS).

— Não posso admitir essa tentativa de amordamento do Ministério Público — disse.

A senadora afirmou concordar com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que classificou a PEC 37/11 como um atentado contra o estado democrático de direito. De autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), a proposta atribui exclusivamente às Polícias Federal e Civil a competência para a investigação criminal. Ela foi aprovada na quinta-feira por comissão especial da Câmara e segue para

votação pelo Plenário daquela Casa, antes de ser examinada pelo Senado.

Pelo texto, o processo só poderá ser conduzido pelo Ministério Público se a denúncia chegar com provas materiais



Senadora considera PEC uma tentativa de amordar o Ministério Público

do crime. Caso contrário, terá que encaminhar a ação para que a polícia inicie o processo investigatório.

Ana Amélia defendeu a manutenção do trabalho independente do Ministério Público e argumentou que casos como o julgamento do mensalão não seriam conhecidos sem a intervenção dos procuradores.

— Os Ministérios Públicos de apenas três países, Quênia, Uganda e Indonésia, não possuem a prerrogativa de realizar investigações criminais. O Brasil não pode figurar nesse restrito grupo — afirmou.

Ana Amélia também saudou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, pela posse no cargo nesta quinta e desejou a ele “toda a sabedoria, serenidade, tranquilidade e competência”.

Comissão examina projeto que amplia direitos de usuários de transporte aéreo

Se a companhia aérea cancelar um voo, o passageiro poderá receber indenização igual à tarifa cheia, além do reembolso do valor do bilhete. Esse é um dos direitos dos usuários de transporte aéreo previstos em projeto de Ângela Portela (PT-RR) que está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 278/11) também fixa antecedência mínima de três meses para a companhia comunicar à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a desistência de exploração de linha aérea autorizada. Ela ficará impedida de voltar a explorar esse trecho por dois anos.

Para coibir a cobrança indevida de adicionais, o projeto

prevê a especificação dos serviços correspondentes a cada tarifa oferecida, que deverão ser claramente informados ao consumidor antes da aquisição do bilhete. Ângela quer que a Anac fiscalize a forma como essas tarifas são apresentadas nos sites de venda, de forma a evitar propaganda enganosa. A senadora propõe a imediata comunicação aos órgãos de defesa da concorrência de qualquer indício de manipulação de tarifas ou de linhas que vise à dominação dos mercados e à eliminação de empresas rivais.

O projeto tem parecer favorável do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), e seguirá depois para a CMA, a CI e, em decisão terminativa, para a CCJ.



Aeroporto Internacional de Brasília: projeto passará por mais três comissões

Propostas tratam de ICMS sobre energia e crédito para celular

Também está na pauta da CAE projeto que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a subvenção econômica a consumidores residenciais de baixa renda recebida por distribuidoras de energia elétrica (PLC 132/08 — Complementar). Já o PLS 736/11 — Complementar, de Francisco Dornelles (PP-RJ), elimina a obrigatoriedade de antecipar o recolhimento de ICMS sobre créditos para celular pré-pago. O imposto irá para o estado onde o aparelho estiver habilitado, e não para o estado em que os créditos forem adquiridos. A medida não vale para cartões de orelhões. O parecer do relator, José Pimentel (PT-CE), é favorável aos dois projetos.

Seguro obrigatório poderá ressarcir despesas do SUS

A CAE analisa amanhã o projeto que altera a lei que criou o Seguro Obrigatório de Veículos (DPvat). O objetivo do PLS 340/11, de Ivo Cassol (PP-RO), é assegurar ao Sistema Único de Saúde (SUS) o ressarcimento das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima de acidente de trânsito for realizado pela rede pública.

“Ressarcindo os gastos do SUS com o atendimento das vítimas de acidentes de trânsito estaríamos minimizando, de certa forma, os problemas que se vivem na saúde”, afirma Cassol.

O relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), destaca que a proposta não tem impacto no orçamento público.

Audiência debaterá a promoção dos direitos humanos nas TVs comunitárias

Audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate hoje, às 9h, o papel das TVs comunitárias na promoção dos direitos humanos e a necessidade de recursos para essas emissoras se expandirem e se adequarem ao sinal digital.

O debate foi proposto pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS). Devem participar o

presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (Abccom), Edivaldo Farias; as ministras da Cultura, Marta Suplicy, e da Secretaria de Comunicação Social, Helena Chagas; as deputadas Luiza Erundina (PSB-SP) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ); e representantes do Ministério das Comunicações.